

MOÇÃO

Em 18 de novembro de 2017, foi assinada uma declaração de compromisso entre o Governo Português e uma plataforma de sindical constituída por dez estruturas sindicais da área da educação.

Em 27 de novembro de 2017, foi aprovada a Lei do Orçamento de Estado 2018, a qual estabelece no seu artigo 19.º que “A expressão remuneratória do tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias integradas em corpos especiais, em que a progressão e mudança de posição remuneratória dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecido para o efeito, é considerada em processo negocial com vista a definir o prazo e o modo para a sua concretização, tendo em conta a sustentabilidade e compatibilização com os recursos disponíveis”.

Em 15 de dezembro de 2017, e no espírito da LOE 2018, a Assembleia da República aprovou recomendação no sentido que, em negociação com os sindicatos, o Governo procedesse ao reconhecimento de todo o tempo de serviço para progressão na carreira docente (Recomendação n.º 1/2018, de 2 de janeiro).

Em 28 de fevereiro de 2018, o Governo propôs às estruturas sindicais o reconhecimento de apenas dois anos, nove meses e dezoito dias, contrariando o disposto da declaração de compromisso, bem como da LOE 2018 e na Resolução 1/2018 da Assembleia da República, rompendo o acordo e as negociações com os sindicatos em 4 de junho de 2018.

Desde 4 de junho encontra-se implementada greve dos professores às avaliações, em resultado não acordo e da quebra do processo negocial, por parte do Governo.

Considerando os prejuízos acumulados pelos professores desde agosto de 2005, a necessidade de reconhecimento público da profissão docente e os prejuízos decorrentes para alunos, pais e encarregados de educação, decorrentes do prolongamento da greve, bem como a crescente instabilidade que se verifica nas escolas e as suas eventuais repercussões sociais e educativas, delibera a Assembleia Municipal de Serpa, em sessão realizada no dia 29 de junho que:

1. Sejam respeitados pelo Governo os compromissos acordados, confirmados pelo constante da Lei do Orçamento de Estado de 2018 e de acordo com a Recomendação n.º 1/2018 da Assembleia da República.
2. Providencie o Governo no sentido de se reatar o processo negocial com os sindicatos, com vista à definição dos mecanismos que permitam o reconhecimento integral do tempo de serviço prestado pelos professores.

Moção apresentada pelos eleitos da coligação PPD/PSD – CDS/PP e aprovada, com duas abstenções e 7 votos a favor da PS e os votos a favor da CDU

Esta moção será também enviada para os órgãos regionais de comunicação social.